



# Anais da Assembléia

Nº 155

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 231ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados: Basílio Zanusso e Otássio Pereira.

Às 14 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Prereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 92/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 196/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Jandaia do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde

funciona a Escola Normal e Inspetoria Regional de Ensino da sede daquele Município. Parecer favorável, da C.C.J. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 232ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1975.

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Otássio Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os nºs 281/75, 282, 283, 284 e 285/75 do Sr.

Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs

190/74:

Do Sr. Deputado Nelson Buffara, no qual denomina Grupo Escolar Otalipio Pereira de Andrade o atual Grupo Escolar de Bateias, Município de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o nº 6720. — AGRADEÇA-SE.

75/75:

Do Sr. Deputado Paulo Camargo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Loanda, o qual convertido em Lei tomou o nº 6721. — AGRADEÇA-SE.

213/72:

Do Sr. ex-Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública o Círculo de Trabalho Cristão da Planta Capão Raso, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 6722. — AGRADEÇA-SE.

74/75:

Do Sr. Deputado Fuad Nacli, que denomina JOÃO LUNARDELLI, o trecho da estrada de Rodagem PR-71, que liga Rolândia, a Porecatu, o qual convertido em Lei tomou o nº 6723. — AGRADEÇA-SE.

77/75:

Do Sr. Deputado Enéas Faria, que declara de Utilidade Pública a Creche Perseverança, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.724. — AGRADEÇA-SE.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, Doutor Jayme Armando Prosdócimo no sentido de ser reformulado o critério para cobrança de honorários advocatícios nas composições fiscais com os contribuintes, nos débitos ajuizados, estabelecendo percentagem inferior ao mínimo estabelecido pelo princípio de sucumbência, de que trata o Código de Processo Civil no parágrafo 3º do artigo 20, especialmente quando se tratar de débito de considerável soma.

Que essa medida seja considerada no seu efeito retroativo às composições firmadas, cujo pagamento ainda se esteja verificando através de parcelamento.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1975.

a) LINEU TURRA

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, observado os dispositivos regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, se já oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura do Estado e ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, juntando aos ofícios os expedientes anexos, solicitando daquelas autoridades urgentes providências no sentido de amparar pequenos lavradores no município de Roncador, mais precisamente da Gleba "Rio das Barras", que tiveram suas lavouras inteiramente destruídas por chuvas de granizo.

#### JUSTIFICATIVA:

Como pode ser observado no expediente anexo, onde pequenos lavradores, proprietários e arrendatários da Gleba "Rio das Barras" no município de Roncador, relatam os prejuízos irreparáveis que sofreram, quando, por duas vezes consecutivas, viram suas lavouras destruídas por chuvas de granizo. As informações vindas daquele município, dão conta que referidos lavradores procuraram junto a agência do Banestado de Roncador, amparo para si e suas famílias, através de financiamentos, no entanto, apenas aos proprietários foi oferecido empréstimos na forma de títulos, pelo prazo de noventa (90) dias, o que não solucionaria o grave problema. Consideramos de maior gravidade ainda, a situação dos arrendatários que não conseguiram nem a promessa de empréstimos a curto prazo, estando passando privações das mais diversas.

Urge portanto, que a Secretaria da Agricultura através da ACARPA principalmente dos agrônomos e técnicos agrícolas sediados em Campo Mourão, efetuem vistoria na área, e constatada a veracidade dos fatos, possam passar as informações aos órgãos responsáveis, no caso Secretaria da Agricultura e Banco do Estado, objetivando, com a urgência requerida, que o problema seja, senão resolvido ao menos aminorado.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Faivro Busatto, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo-lhe da necessidade de que seja instalado um Posto de Saúde no distrito de Guaporé, município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Situado no município de Guaraniaçu, o distrito de Guaporé vem aumentando, consideravelmente, nos últimos anos, merecendo rede de energia elétrica da parte do Governo Estadual, em convênio com a Prefeitura Municipal.

Recentemente, foi ali inaugurada uma unidade escolar, existindo na sede do distrito quase três mil alunos.

Outrossim, pelo fato do município de Guaraniaçu, ter-lhe outorgado o título de cidadania honorária, pressupõem-se que V. Exa. conheça profundamente os problemas de saúde do referido distrito, aumentado de forma considerável nos últimos anos, face ao seu rápido crescimento urbano e rural, formado, aliás, por cerca de 80 por cento de propriedades minifundiárias.

A prova evidente dessa necessidade, é a manifestação trazida através de abaixo-assinado colhido, às pressas e em poucas horas, o qual alcança um número superior a 200 assinaturas, recomendando, inclusive, sem qualquer distinção partidária, que a responsabilidade desse Posto seja atribuída ao Dr. Reinaldo Carazzai.

Por esse motivo, atendendo a esse veemente apelo daquela população, espera-se que o alto espírito público de V. Exa. propicie àquele povo esse tão esperado e justo benefício.

## PROJETOS:

### RESOLUÇÃO Nº 201/75

A Assembléia Legislativa do Estado do PR  
R E S O L V E :

Art. 1º — A alínea “c” do art. 10, da Resolução nº 9/67, de 07 de junho de 1967, passa a vigor com a seguinte redação:

“c — 60 (sessenta) minutos, no máximo, destinados às lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou, à falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I — Os 30 (trinta) minutos finais, divididos equitativamente e com alternância diária, serão atribuídos aos líderes de bancadas, que poderão delegar a liderados seus o uso da palavra.

II — Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou a indicação de membro da respectiva bancada para fazê-lo.

III — À falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1975.

a) PAULO A. ALVES DE CAMARGO — Presidente  
a) AGUINALDO P. LIMA — 1º Secretário  
a) MAURÍCIO R. FRUET — 2º Secretário

### PROJETO DE LEI Nº 175/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo, a regulamentar e exercer fiscalização sobre a exposição de

painéis publicitários às margens das rodovias paranaenses.

Art. 2º — Para o cumprimento do estabelecido no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a baixar a seguinte regulamentação:

a — A exploração de anúncios às margens das rodovias, em todo o Estado do Paraná, dependerá de expressa autorização do Departamento de Estradas de Rodagem que a permitirá nos locais por ele previamente nos locais por ele previamente aprovados a requerimento do interessado.

b — O pedido deverá ser instruído com uma redução (22x33 cm) de anúncios, em cores, indicação, do local exato da instalação, ou seja, estrada, quilômetro, metros, margem direita ou esquerda, dimensões do sinal e afastamento do eixo da estrada.

c — Os anúncios não poderão ser colocados a menos de 300 (trezentos) metros de locais paisagísticos, monumentos, florestas públicas.

d — Os anúncios não poderão ser colocados a menos de 150 (cento e cinquenta) metros dos entroncamentos rodoviários, cruzamentos com rodovias ou ferrovias, túneis, pontes, viadutos, curvas ou outros pontos críticos.

e — A distância limite de 150 (cento e cinquenta) metros poderá ser aumentada a critério do DER.

f — Os anúncios serão colocados a uma distância mínima de 15 (quinze) metros das cercas existentes ou na falta destas, da faixa do domínio prevista para a rodovia.

g — O anúncio deverá apresentar aspecto estético; ser redigido no vernáculo, isento de expressões e desenhos inconvenientes ou contrários à ordem pública; trazer no ângulo inferior esquerdo o nome do interessado a identificação da autorização concedida pelo DER.

h — Fica expressamente proibido erigir ou pintar qualquer anúncio, painel ou obra de fins publicitários, sinais semafóricos e demais avisos ou sinais de trânsito colocados ao longo das estradas.

i — Fica expressamente proibido o uso, no texto dos anúncios, de palavras, símbolos e formas de sinais, com cores e inscrições de uso privativo da sinalização de trânsito, possam provocar confusão, sobressalto ou interpretação ambígua aos condutores de veículos.

j — Fica expressamente proibido o uso dos parapeitos ou corrimões de pontes, muros ou quaisquer obras das estradas para pintar qualquer espécie de propaganda.

k — Os anúncios instalados sem expressa autorização do Departamento de Estradas de Rodagem serão por este retirados sem que assista ao infrator o direito de qualquer reclamação.

l — Os proprietários de anúncios já existentes e colocados à margem das rodovias deverão, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data cumprir as exigências da presente lei.

m — Os proprietários dos anúncios serão responsáveis por quaisquer prejuízos que, porventura, causem às es-

tradas ou a terceiros, por dolo, ignorância, negligência ou omissão.

Art. 3º — Fica o Poder Executivo autorizado a conferir ao Departamento de Estradas de Rodagem de plenos direitos para a execução do regulamento estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º — Fica o Governo do Estado do Paraná através do Departamento de Estradas de Rodagem, autorizado a fixar as seguintes taxas incidentes sobre a exploração de anúncios à margem das rodovias estaduais.

a — A colocação de painéis de anúncios às margens das rodovias estaduais, respeitadas as leis e regulamentos em vigor, depende do prévio recolhimento aos cofres do Departamento de Estradas de Rodagem, da taxa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por unidade, correspondente às vistorias de instalações.

b — os proprietários de painéis de anúncios instalados às margens das rodovias estaduais, deverão recolher anualmente aos cofres do Departamento de Estradas de Rodagem, até o dia 31 de março, a taxa de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), por unidade, correspondente às vistorias anuais.

c — A Taxa referida às vistorias anuais não será cobrada no ano em que for recolhida a taxa correspondente às vistorias de instalação.

d — No caso de painéis com mais de dez metros quadrados, as taxas acima estipuladas serão acrescidas de 5 por cento dos respectivos valores, por metro quadrado ou fração excedente.

e — Os propeitários de painéis de anúncios que forem demolidos e recolhidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem por imperativo de ordem legal, incorrerão na multa de três vezes o valor das taxas estabelecidas para instalação e vistorias anuais, sem prejuízo das demais combinações legais cabíveis.

f — A multa acima referida será reduzida para 15 por cento do valor, nos casos de painéis instalados irregularmente, desde que a demolição e remoção impostas sejam realizadas pelos próprios interessados, nos prazos fixos pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 5º — O cadastramento e as vistorias de painéis de anúncios publicitários serão regulamentados por ato do Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, dentro de 60 dias da publicação da presente lei.

Art. 6º — Os recursos arrecadados no cumprimento da presente Lei, serão destinados às aplicações específicas do Plano Rodoviário Estadual..

Art. 7º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.  
a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ROSÁRIO PITELLI (Lendo) "Sr. Presidente, — Srs. Deputados.

Comemora-se hoje em todo o território pátrio o Dia Nacional de Ação de Graças. E a gratidão é uma das virtudes que mais enobrece o ser humano.

Agradecer é pedir. Agradecer é reconhecer bondade no semelhante. É confessar a limitação e a insuficiência nossa. É professar a excelência de outrem. É exaltar a dependência.

Grato é o animal pelo alimento que se lhe ministra; grato é o pássaro quando se lhe confere a liberdade; agradecida é a criança quando se lhe dá presente; grato é o discente ao mestre quando lhe descenda os mistérios da ciência e abre os horizontes; grato é o homem pelo bem que recebe; grata é a criatura quando do bra os joelhos para em preces reconhecer a excelência do seu Criador e retribuir-lhe os favores recebidos.

Hojé é Dia Nacional de Ação de Graças. Hoje é a hora em que governantes e governados reconhecem que são limitados, que não são auto-suficientes e por isso rendem graças, agradecidos a Deus pelos benefícios concedidos.

O Dia Nacional de Ação de Graças celebrado em nossa Pátria é o reconhecimento de que esta Nação crê num Ser Superior, acredita em Deus.

A Existência de Deus, segundo o ensinamento dos filósofos, é um postulado da razão.

O próprio instinto do ser racional, postula a existência de Deus, Criador da ordem na natureza.

Reconheceria a existência do Criador — afirmada a mesma pela razão e inteligência humana — pelo consenso geral dos povos desde os mais primitivos até os maiores expoentes da humanidade, é justo que se lhe tribute a reverência, o reconhecimento, a gratidão."

A gratidão tem ainda maior sentido, se sairmos dos conceitos puramente filosóficos e adentrarmos nos mistérios da crença.

O Brasil nasceu sob o signo da fé cristã, sombreado pela Cruz de Cristo, desde os seus primeiros instantes.

A fé cristã, patrimônio dos mais sagrados da nossa gente, cumula-nos de uma nova dimensão. Além do reconhecimento em vista da Excelência e Superioridade de Deus, tributa-lhe a Providência. Providência esta que traça os caminhos invisíveis de cada homem e delinea as veredas da História.

O Dia de Ação de Graças lembra estes dois fatos. Acentua a Supremacia e a Providência Divinas. É respaldado nestes argumentos que se escolheu um dia do ano para render graças ao Criador, confessar nossa dependência e cantar as excelências divinas.

É justo que os governantes de uma Nação Cristã reconheçam os benefícios outorgados.

É justo que a Nação inteira, cumulada de favores perenes, com a magnificência da natureza, a fertilidade de seu solo, a riqueza do seu sub-solo, os bens como a liberdade e a democracia e a fé recebida e guardada qual pedra preciosa, agradeça comovida.

É justo igualmente, que este Poder se associe às Ações de Graças que se repetem de Norte a Sul e eleve igualmente sua Ação de Graças.

Agradecemos pois pelo que recebemos pessoalmente e pelo que recebeu a nossa gente. Agradecemos pois pelo que recebemos e pelo que nossa gente recebeu.

Agradecemos por termos conservado uma Pátria livre de doutrinas malfazejas. Agradecemos pela democracia e a liberdade que gozamos.

Agradecemos ainda por tudo que fizeste a cada um nós e à nossa Pátria.

E agradecemos finalmente por tudo que outorgastes ao nosso Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara. (Pausa) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. (Pausa). Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. (Pausa). Ausente.

Encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Na oportunidade em que o ouro negro passou a ser usado como fonte redentora das finanças, dos países produtores de petróleo, o sentimento patriótico do povo brasileiro desperta para a conscientização de que as riquezas do sub-solo nacional precisam e devem ser melhor aproveitadas.

Sem pretender divagar no terreno dos vaticínios, fazendo justificadas presunções de ser o solo brasileiro rico em petróleo, quero, de forma mais objetiva e concreta, situar o meu pronunciamento em uma realidade, à espera de ativação rendosa.

Refiro-me Srs. ao xisto de São Mateus do Sul.

Superada a fase experimental e de estudos, positivada está a viabilidade de imediata exploração, em caráter comercial, do óleo existente em vastíssima jazida, abrangendo faixa de 17.000 metros de comprimento por 4.000 metros de largura, Tentanto dimensionar tão fantástica riqueza, os estudos técnicos concluíram que o xisto, de São Mateus do Sul, comporta extração de 60 mil barris diários, com matéria disponível para um período de trinta anos.

Os dados são sobremodo significativos, faltando apenas uma Usina para o xisto de São Mateus entrar em fase ativa de extração comercial do xisto.

Esta, exatamente, é a hora e a vez do xisto, como meio e forma de compensação ao déficit que preten-

dem impor à economia paranaense, com a política do café.

Se querem e estão a nos tirar a primazia de produção do ouro verde que, em troca, ofereçam ao Paraná a oportunidade de exploração comercial do ouro negro contido no xisto betuminoso de São Mateus.

É um Deputado que, em nome do povo paranaense e brasileiro, pede e reclama, a exploração rentável de tão importante jazida, através da construção de uma Usina, com capacidade de 60 mil barris diários, para imediato aproveitamento do xisto, existente em terra paranaense.

É um Deputado que usa desta tribuna para, com o apoio do Estado inteiro com a solidariedade deste plenário, dizer que o Paraná sempre na vanguarda das lutas meritórias, despertou para a pujante realidade e, premente necessidade, de contar com novo polo petroquímico, representado pela construção da Usina reclamada.

O noticiário dos jornais revela que a Petrobrás irá decidir dentro dos próximos dias se aprova os estudos técnicos e autoriza a construção da Usina de industrialização comercial do nosso xisto.

O condicional é que não nos satisfaz. É fato público que os estudos apresentaram resultados mais satisfatórios do que os que eram esperados. O Paraná então, tem o direito de reivindicar decisão favorável e o Brasil tem a obrigação de reconhecer a imperiosa necessidade de explorar as riquezas que possui, antes que outros o façam.

Se tudo está a favor, se os estudos suplantarem os mais otimistas resultados esperados, que a Petrobrás não seja contra.

O Paraná e o Brasil precisam desta Usina e tão relevante necessidade unifica pensamentos. E porisso, Srs. que com as palavras proferidas procuro justificar o requerimento que, a seguir, encaminharei à Mesa, cujo teor passo a ler, e para qual peço as vossas aprovações. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições após ouvido o plenário, respeitosamente requer o encaminhamento de patriótico apelo ao Sr. Presidente da Petrobrás, no sentido de determinar seja a exploração comercial do xisto de São Mateus do Sul apressada, envidando esforços na aprovação da construção imediata de uma Usina com capacidade para produção diária de 60 mil barris.

Concluídos os estudos experimentais, procedida a avaliação econômica, comprovado o elevado teor de óleo existente nas rochas de "Formação Irati" e a extensão da jazida, com exploração prevista para um período de trinta anos, permitindo extração diária de 60 mil barris, sem problemas ecológicos ou perigo de poluição do meio ambiente, nada mais justo, oportuno e recomendável, que o País, no momento em que o petróleo se evidencia como produto redentor de finanças, envide esforços e acelere na exploração rentá-

vel do xisto de São Mateus do Sul, não só pela certeza abtecipada de poder o óleo concorrer, economicamente, com os produtos estrangeiros, como pelos demais benefícios previsíveis, estimuladores de um desenvolvimento que o Paraná e o Brasil reclamam.

Aprovado o requerido, solicita o autor que o apelo seja transmitido na íntegra, acompanhado de cópia do pronunciamento feito da tribuna desta Casa, com relação ao mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1975.

a) NELSON BUFFARA

Solicitamos também que o expediente fosse endereçado ao Sr. Presidente da República, Sr. Ministro de Minas e Energia, ao Sr. Governador e ao Sr. Superintendente da Petrobrás, em Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente. IRÁ À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. - APOIADO. IRÁ À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados, porquanto me parece não haver quorum para deliberação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

— E procedida a chamada nominal.

Responderam a chamada nominal 37 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 123/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-PROPOSIÇÃO 260/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Sengés, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 124/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-

Proposição 261/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da C.C.J.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 126/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 262/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Colorado, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. - APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 126/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 264/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Salto do Itararé, objetivando execução de reparos em prédios estadual conforme específica. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 67/72, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir a Inspetoria Regional de Ensino do município de Santo Inácio, para o município de Colorado. Pareceres favoráveis da CCJ, CF, CIP. COM EMENDA DE PIE NÁRIO e Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ e CIP, EM REGIME DE URGÊNCIA.— Ao referido Projeto de Lei foi apresentada Emenda de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, no seguinte teor: (Lê)

### EMENDA SUBSTITUTIVA PROJETO DE LEI Nº 67/75

Artigo Primeiro.—

do Projeto de Lei nº 67/72, passa a ter a seguinte redação:

Artigo Primeiro - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Inspetoria Regional de Ensino no município de Colorado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) DÁCIO LEONEL.

Em discussão a Emenda.- Encerrada a discussão.

Em votação - Rejeitada.

Em discussão - Encerrada a discussão

Em votação o Projeto.- Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 23/75, de autoria do Deputado Del Ciel, que autoriza o Poder Executivo permutar terreno de propriedade do Estado do Paraná, por áreas de terras de propriedade do município de Londrina conforme específica. Pareceres favoráveis da CCJ e CTIC COM EMENDA DE PLENÁRIO e PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Ao referido Projeto de Lei foi apresentada Emenda de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, no seguinte teor (Lê):

## EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 23/75

O Artigo primeiro dos Projetos de Lei 23/75, passa a ter a seguinte redação:

*Artigo Primeiro - É o Executivo Federal digo Estadual autorizado a dar em permuta dez áreas de terras de propriedade do município de Londrina, medindo aproximadamente 22.543,23 metros quadrados, um terreno de propriedade do Estado do Paraná, medindo cerca de 17.555 metros quadrados, onde encontra-se edificado o Estádio Moringão, na dese do Município de Londrina, fazendo divisa com a Avenida Perimetral, herdeiros de José Pereira de Rezende, Colégio Estadual Vicente Rijo e Parque Bela Vista.*

*Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975*

a) Dácio Leonel.

*Em discussão a Emenda - Encerrada a discussão.*

*Em votação - Aprovado.*

*Em votação o Projeto de Lei nº 23/75 - Pao*

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 114/75, de autoria do Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, que declara de utilidade pública a Augusta e respeitável Loja Simbólica Filantrópica Guarapuava, com sede na cidade de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 152/75 de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade Pública o Sindicato Rural de Astorga, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J.—Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 162/75, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de Utilidade Pública a Fundação da Unidade Rotária de Curitiba - FUR, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 127/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 266/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Barracão, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J.— APROVADO.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 126/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

## R E S O L V E:—

Artigo Primeiro - Fica aprovado o Termo de Convenio celebrado em 03 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Delegacia e Cadeia, da sede daquele município.

Artigo Segundo - Esta Lei entrará em vigor na data de

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
a) DÁCIO LEONEL — Relator.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 266/75

Através da mensagem 79/75, o Sr. Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 03 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Barracão, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Delegacia e Cadeia, da sede do referido município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de Convênios, deferendo, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos de Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
a) DÁCIO LEONEL — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 128/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 267/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o Município de Santana de Itararé, objetivando execução de reparos em prédios estaduais, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. — Aprovado.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 128/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com município de Santana do Itararé, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Humberto de Alencar Castelo Branco, Casa Escolar Fazenda Campina, Casa Escolar Fazenda Pedregulho, a Delegacia de Polícia e Casa Escolar Fazenda Juruema, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data



de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 267/75

Através da Mensagem 79/75, o Sr. Governador do Estado, encaminha a esta Casa para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 03 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de Santana do Itararé, visando execução de obras nos prédios que específica, na sede do referido Município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Sr. Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 129/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 269/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o Município de Grandes Rios, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. — APROVADO.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 129/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Grandes Rios, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar José Siqueira e o Grupo Escolar Marechal Floriano Peixoto, na sede daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 269/75

Através da Mensagem 79/75, o Sr. Governador do

Estado encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, Termo de Convênio celebrado em 10 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Grandes Rios, visando a execução de reparos em prédios que específica, na sede do referido Município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Sr. Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendo deste Poder.

Analisando-se os termos do convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa— VALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 158/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que acresce do Parágrafo Único que especifica, ao artigo 142 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970. Parecer FAVORÁVEL DA C.R.H., EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

## PROJETO DE LEI Nº 158/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1º — O artigo 142 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido do seguinte Parágrafo Único:

“Parágrafo Único — O funcionário que tiver 50 anos ou mais de serviço público ao atingir a compulsória por implemento de idade, terá incorporado aos seus proventos, os vencimentos e gratificações que estiver percebendo na data da aposentadoria, ou as de maior valor que tenha percebido anteriormente.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) MAURICIO FRUET.

### JUSTIFICATIVA:

Esta é uma exceção que julgamos das mais justas inserir no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

O funcionário que tenha prestado 50 anos ou mais de serviço ao Estado, é perfeitamente merecedor da vantagem excepcional que pretendemos conferir-lhe com o presente Projeto de Lei.

## COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei nº 158/75

Exceção justa que deve constar do Estatuto dos funcionários públicos civis do Estado, para premiar os funcionários que tenham prestado meio século de sua existência a serviço do Estado.



Excepcional é o sentido humano com que o legislador pretende se revista o presente Plano de Lei. Lamenta-se que o mesmo somente venha a atender um e restrito número de servidores e que a medida não seja extensiva a todos os servidores do Estado ao aposentar-se, pois não se concebe atualmente, que o funcionário após tantos anos de serviços prestados ao Poder Público ao aposentar-se veja seus já minguados vencimentos cortados daquelas vantagens e benefícios que recebia na atividade, o que aliás ocorre atualmente com toda a Classe Funcional deste Estado.

A propositura é altamente humana e vem dar condições de segurança no ocaso da existência de homens que tiveram a dignidade de durante 50 anos cumprir com sua parcela de labor em prol do Estado.

Somos, pois, favorável.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS — Presidente e Relator

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr.

Presidente, quando colocado em votação o Projeto de Lei 67/75, o eminente Deputado Quielise Crisóstomo levantou uma Questão de Ordem, mas, dada a falta de microfone que não funcionou no momento, não foi possível ouvir, não havíamos entendido como foi feita a votação desta Emenda ao Projeto de Lei 67/75.

O SR. PRESIDENTE — Foi votada inicialmente a

Emenda, com votação inversa, tendo a Casa rejeitado a Emenda e dado aprovação ao Projeto original, de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo.

Esta é a informação que oferecemos a V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Tratando-se de matéria conhecida, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de

autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Finanças, no sentido de que seja reformulado o critério para cobrança de honorários advocatícios nas composições fiscais com os contribuintes. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo-lhe da necessidade da instalação de um Posto de Saúde no distrito de Guaporé, município de Guaraniaçu. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Agricultura e Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que sejam tomadas providências visando amparar pequenos lavradores do município de Roncador, mais precisamente da Gleba "Rio das Barras", que tiveram suas lavouras inteiramente destruídas por chuvas de granizo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Petrobrás, no sentido de determinar seja a exploração comercial do xisto de São Mateus do Sul, envidando esforços na aprovação da construção imediata de uma Usina. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28 sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.